



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

ENTRETEMPOS: História e memória da (des) apropriação na Praça da Bandeira em Campina Grande- Paraíba

Autores:

Letícia Barbosa Bomfim - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - lebomfim0@gmail.com
Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - xtojunio@yahoo.com.br

Resumo:

As praças, ponto central da pesquisa em questão, se constituem como um dos objetos mais importantes para se entender as relações entre os diversos segmentos sociais. A importância de uma praça na cidade é justificada pela necessidade de espaços públicos de lazer em que as pessoas tenham como referência para estabelecerem vínculos, no entanto, atualmente constituem-se como ambiente cada vez mais privativo, devido as diferentes funções que exercem. Nessa perspectiva, a presente pesquisa pauta-se na análise histórica da Praça da Bandeira em Campina Grande, localizada na área central e histórica da cidade, tendo em vista suas mudanças ao longo do tempo por parte do Estado e do comércio atual. A importância de entender as dinâmicas passadas e presentes é pautada na consideração de que a “modernização” dos espaços desvincularam a cidade do seu passado, afetando diretamente na sociabilidade e memória afetiva do indivíduo com o espaço.

ENTRETEMPOS:

História e memória da (des) apropriação na Praça da Bandeira em Campina Grande- Paraíba

INTRODUÇÃO

O presente artigo corresponde a parte dos resultados do projeto de Iniciação Científica, desenvolvido entre os anos de 2017/2018, sob financiamento do CNPq o qual esteve relacionado a evidenciar aspectos paisagísticos que ressaltam a importância da Praça da Bandeira enquanto relicário urbano das práticas socioespaciais da sociedade campinense. Essa praça localiza-se dentro do perímetro tombado como centro histórico pelo IPHAEP, fazendo parte do tecido urbano inicial da cidade, quando ainda largo da Igreja do Rosário (1907) e depois como principal praça da cidade, a qual até hoje configura-se como palco de manifestações e celebrações. O estudo aqui abordado traz as transformações desse espaço público e o mostra tal como ele é, sendo objeto de preservação em todas as gestões sucessoras à sua formação. Apesar das mudanças internas e da relação com as vias ao redor, a praça não foi destruída e a sua área continua sendo a mesma.

Segundo Lamas (1993) a praça é o local intencional de encontros, de permanências e acontecimentos. Configura-se como um espaço público que proporciona a convivência, o lazer e a troca cultural daqueles que a usufruem. Para entender esses vínculos formados entre urbano e memória, é essencial compreender que a sociabilidade e as relações pessoais estão intimamente relacionadas com os espaços em que essas interações acontecem. A vida urbana é ditada por esses acontecimentos, os quais quanto mais intensos, “mais vivo” é o lugar e maior a produção de memórias, pois mais pessoas estarão a utilizando, estabelecendo assim a consolidação do espaço. As transformações das cidades não se restringem apenas às edificações, ruas, quadras e traçados. De fato, as praças e a vida pública adquiriram novas configurações ao longo da história, alterando significativamente o seu uso e a própria definição de espaço público.

O espaço não deve ser visto como resultado isolado, mas como consequência de um conjunto de práticas e intencionalidades socioespaciais indissociáveis dos sistemas de objetos e ações (SANTOS, 1997) consolidados na rede urbana. A parte que originou a cidade é exemplo de espaço bem consolidado devido sua história e importância cultural. No entanto, a preservação do patrimônio não é encontrada vastamente, haja visto o distanciamento de políticas públicas de preservação ao longo do tempo.

Os ideais de embelezamento e modernização que ocorriam no Brasil e no mundo durante o início e metade do século XX chegaram em cidades interioranas como Campina Grande em 1933, quando recebe a visita do famoso urbanista regional da época, Nestor Figueiredo (SOUZA, 2001). Essas transformações não levaram em conta o traçado original, nem muito menos as edificações e instituições que existiam nesse perímetro. A ideia de

transformar Campina Grande em uma cidade moderna, foi o início da desvinculação entre cidade e história. Quase todo o conjunto colonial foi destruído e a Igreja do Rosário demolida para dar espaço a uma longa e larga avenida que iria cortar toda a cidade: A Avenida Marechal Floriano Peixoto. Com ordem autoritária e soberana essa avenida traçou toda a cidade sem levar em conta moradores, comércios, história e memória. Mesmo assim, a atual Praça da Bandeira preservou ainda seu traçado original de largo, conservando seu estado de área livre de edificação. O largo virou praça, e o que antes era território de relações tradicionais, estabelecidas pelo convívio após missas e comemorações religiosas, tornou-se uma área de descanso da correria e vida comercial do adensado centro campinense: A praça Índios Carirys, posteriormente Praça da Bandeira.

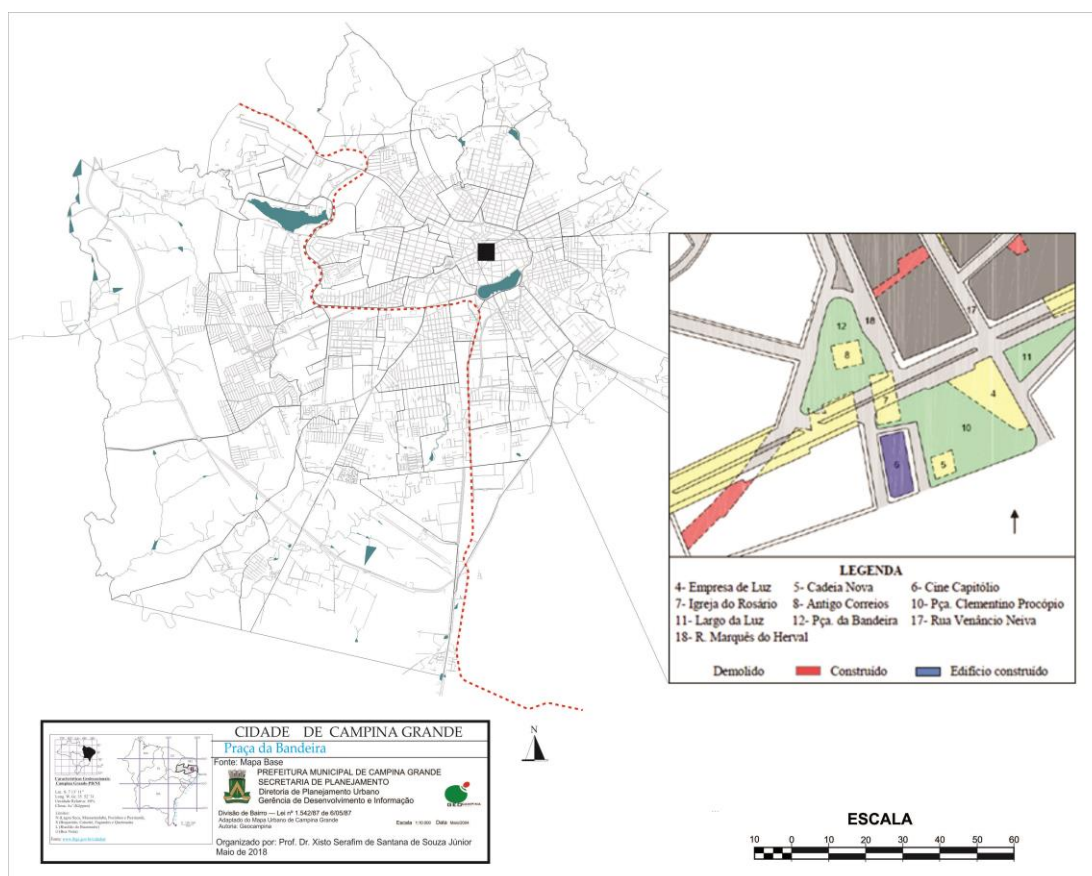


Figura1: Mapa de transformações na área central de Campina Grande

(Fonte: SOUZA JÚNIOR, 2018; QUEIROZ (2008) adaptado por SOUTO (2017))

O texto em si pauta-se em formar um referencial teórico sobre o tema abordado, ajudando a entender conceitos e problemáticas do ambiente citadino, tendo como referência a urbanização do centro da cidade e a consequente transformação da Praça da Bandeira ao longo do tempo. A análise histórica da ocupação da praça nos fez perceber que a crise do espaço público está diretamente relacionada com a crise de sociabilidade urbana e a sua consequência para a sensação de segurança na cidade. Tal aspecto levou-nos a dividir o texto em três partes: o tempo e a praça; a praça como cenário de mudanças e a praça após os tempos.

O TEMPO E A PRAÇA

A praça, espaço público de excelência, tem como seu principal berço a ágora da Grécia Antiga, onde essa era principalmente espaço político e de discussão. Já em Roma esses lugares eram mais restritos e refletiam os ideais de separação e hierarquização do poder. No renascimento esses espaços eram usados somente por aqueles que possuíam uma vida na esfera pública, sendo principalmente espaços de embelezamento. Após isso, a revolução industrial e o surgimento de novas camadas da sociedade alteraram mais uma vez o modo de vida; o tempo do relógio prevaleceu e os espaços públicos foram sendo esquecidos do imaginário social. Mais tarde, chegando a configuração de espaço que temos hoje, a lógica capitalista foi inserida nas grandes cidades e os seus centros passaram a serem comerciais, as ruas se alargam para dar espaço aos carros e as praças voltaram como cenário de “sala de estar” dos centros urbanos. Essas se constituíam como as únicas áreas verdes e serviam para a população lembrar o campo e esquecer da correria e insalubridade que viviam no ambiente citadino.

O espaço público enquanto lugar de diálogo e debate, perdeu a importância, ou ainda, foi transformado num espaço cada vez mais particularizado e menos coletivo. ”
(HABERMAS, 1984)

Essa narrativa não foi diferente em Campina Grande. Segundo Andrade (2014) os principais marcos da urbanização que contribuíram para construir a imagem da cidade como espaço moderno foram a chegada do trem em 1907, a Luz elétrica em 1925, primeiro sistema de abastecimento de água 1927 e, com ainda maior impacto, o empório do ouro branco, entre 1920-1940. É válido ressaltar que já no início do século XX Campina Grande já exercia forte influência nas cidades e estados vizinhos, chegando a ser a maior produtora do mercado algodoeiro do Brasil e a terceira do mundo. No entanto, o título de capital do Nordeste não condizia com a estética do centro da cidade, pois não possuía “um ar de cidade moderna” segundo seus governantes da época. Seguindo esse pressuposto, em 1933 surgiu o plano municipal de remodelação, extensão e embelezamento – primeiro plano para mudança na urbanização da cidade- elaborado pelo famoso urbanista regional Nestor Figueiredo. Os principais objetivos era transformar a rainha da Borborema em uma cidade moderna, atraindo turistas e aumentando o cada vez mais o seu ritmo.

“Era necessário construir uma imagem condizente com a prosperidade econômica advinda com os novecentos, incitando, portanto a urgência em erradicar/civilizar o nosso “rude certanejo” e tudo a que ele estava associado, como a circulação de carroças de burros, os batismos populares dos logradouros públicos, a escuridão dos lampiões, e as manifestações populares.” (QUEIROZ, 2008)

Devido as contínuas mudanças a identidade local ia se perdendo conforme as transformações; as ordens dos modernos e civilizados hábitos imperava até mesmo nos

nomes dos logradouros públicos, como mencionado por Queiroz (2008). As ruas, becos e largos deixaram seus nomes populares como largo do comércio velho, comércio novo, da matriz, beco do Açougue, Rua do Armazém e do Rói Couro para nomes de símbolos e figuras conhecidas no Brasil republicano, como Floriano Peixoto, Marques do Herval, Maciel Pinheiro, Epitácio Pessoa, Venâncio Neiva e Praça da Bandeira. A modificação do nome não gerou tanto impacto para os moradores da época que já o tinham enraizado, no entanto, as gerações posteriores desconhecem esses nomes, que eram características existentes naquele espaço e o transformavam em lugar (AUGÉ, 1994). Com a perda desse nome característico, a maioria dessas ruas perderam seu uso anterior, e passaram a serem vítimas das homogeneizações dos grandes centros, recebendo o que Massey (2008) chama de sentido global do lugar; cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais.



Fig.2a e 2b: Feira de Campina Grande no início do século XX e Largo da matriz em 1932, hoje Avenida Floriano Peixoto

(Fonte: Museu Histórico de Campina Grande)

Foi com essas tentativas de mudanças que o Plano de Urbanização de 1933 tinha como objetivo tornar a cidade higienizada e aprazível. Seguindo essa perspectiva setorizou a cidade, determinou que as áreas centrais seriam lugares para comerciantes e também para a elite, já que são mais valorizadas e os subúrbios lugar dos pobres e trabalhadores. Durante os mandatos do prefeito Vergniaud Warderley (1936-1937, 1940-1945) Campina Grande presenciou as maiores mudanças no centro da cidade. Em 1936 houve o início da retificação da avenida Floriano Peixoto, início do alinhamento da Rua Maciel Pinheiro, desaparecimento da praça Epitácio Pessoa, retirada dos antigos largos da matriz e do comércio velho (SOUZA, 2001). A partir da década de 1930 ocorreu a renovação do conjunto arquitetônico a fim de homogeneizar as vizinhanças nas áreas abastadas de expansão da cidade e livrar o centro das construções antigas, simples e térreas, seguindo o decreto implementado em janeiro de 1935:

Decreto nº51

(...) O Prefeito...

– Considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento;

Art. 1 — Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento (...).

(Jornal local O Rebate)

Antigos proprietários não tiveram condições de construir na área seguindo as exigências da legislação. Os valores recebidos pelas indenizações não eram suficientes, fato que obrigou a antigos proprietários se desfazerem do imóvel e abandonarem as áreas centrais. Proprietários que não possuíam condição de alterar toda a estrutura da casa no estilo Art Decó (estilo arquitetônico exigido) modificaram apenas o primeiro cômodo e a fachada dando ideia, para quem olhava do logradouro público, que a casa seguia os padrões exigidos (QUEIROZ, 2008).

A zona livre de normas, sem pré-requisitos estético-arquitetônico, agigantou-se, dando origem às formas e a muitos dos problemas atuais. Para essa reforma de modernização da cidade foi desapropriada mais de uma centena de casebres, casarões, armazéns, igreja e tudo o que estivesse no caminho. Ocorreu também a derrubada dos prédios ao redor do Grande Hotel (atual sede da prefeitura municipal) e o largo da Igreja Matriz, permanecendo apenas o edifício do telégrafo (atual museu histórico da cidade, um dos únicos prédios do século XIX em Campina Grande). A demolição da igreja do Rosário acabou com o largo que ficava em frente e logo depois houve a construção do espaço de lazer e descanso, denominado Praça da Bandeira em 1942.

PRAÇA COMO CENÁRIO DE MUDANÇAS

Em vista dessas mudanças ocorridas no centro, a Praça da Bandeira abrigou diferentes práticas socioespaciais e um público com interesses distintos. A alteração do estilo arquitetônico e da urbanização também modificou os usos e apropriação do local, como também as sensações produzidas pelo espaço em seus usuários. A praça da Bandeira foi fundada em 1942 já como palco de grandes movimentos e acontecimentos sociais, disputas de partidos políticos, visita de figuras ilustres no cenário nacional, manifestações populares, encontros cívicos e pessoais. Em 1958 houve a inauguração da estátua do Presidente Juscelino Kubitschek e a visita do então presidente na cidade. Quando como largo da Igreja do Rosário, o espaço abrigava atividades temporárias referentes a eventos religiosos; a relação com a rua era forte, pois em procissões o largo e a rua se confundiam e a população utilizava amplamente ambos os espaços (SOUZA, 2001).



Fig 3: Celebração religiosa na Igreja do Rosário

*(Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande, disponível em:
<http://cgretalhos.blogspot.com/>)*

No entorno da praça havia a Rua do Armazém, com vários comércios, mas que aos fundos abrigavam cortiços e casas de aluguel. A rua larga dava espaço para carros, carroças e burros, mas era principalmente utilizada pela população, já que havia muitas irregularidades nos níveis das calçadas, fazendo com que essas servissem mais de delimitação entre o espaço público e privado do que para o tráfego de pedestres. No entanto, como uma das principais ruas da cidade, a futura Marquês do Herval recebia um tratamento e rigor maior ainda no início do século, antes das reformas de 1930-1940 (QUEIROZ, 2008).

“A nossa suspeita é a de que esse cuidado era tomado apenas nos principais espaços da cidade, nos locais de maior concentração de pessoas, nos quais poderiam ser formadas as boas impressões “ de quem pela primeira vez visita Campina”. Isso talvez explique o fato das principais ruas da cidade terem chegado alinhadas às primeiras décadas do século XX, como a Marquês do Herval e a Maciel Pinheiro, e de outras secundárias como a Venâncio Neiva (beco da merda ou do mijo), não terem recebido nenhuma atenção nesse sentido. ” (QUEIROZ, 2008, p.57)



Fig.4a e 4b. Antiga Rua do Armazém, hoje Rua Marquês do Herval.

(Fonte: Museu Histórico Campina Grande)

Como a Praça estava localizada nessa importante rua municipal, o presente espaço público devia refletir esse ideal de importância. Prédios institucionais como o dos correios, inaugurado em 1958, traziam o ar de modernidade para a rua, que era acompanhado de mais prédios com mais de um pavimento e com fachadas coloridas e “bem adornadas”, recebendo o estilo art decó. Sendo assim, o lago meia lua, fonte da Samaritana – importante estátua que refletia a arte da época- piso em pedra portuguesa e áreas ajardinadas, traziam o ideal de beleza e estar para o ambiente, distanciando a cidade interiorana dos costumes coloniais.



Fig.5: Estilo Art- Decó em Campina Grande

*(Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande, disponível em:
<http://cgretalhos.blogspot.com/>)*

A PRAÇA APÓS “OS TEMPOS”

Analisando o que se têm hoje na Praça da Bandeira verifica-se que as demandas externas alteraram o lugar e sua dinâmica, e as sucessivas mudanças manifestam uma crise de identidade nesse espaço público. A demolição da Igreja do Rosário foi a primeira grande crise no espaço público, possuindo o seu uso modificado, a substituição das casas e cortiços por estabelecimentos comerciais também gerou um forte impacto de quem usava e como usava o espaço público. A inserção do comércio dentro da praça normatizou ainda mais a vitalidade dentro do ambiente, sendo mais intenso com o seu funcionamento e fraco quando desativado, tornando-o vazio nos horários de fluxo baixo e provocando o aumento da sensação de insegurança dos passantes, não sendo convidados a permanecerem no local. Para entender as relações atuais da praça em estudo foram feitas análises semiestruturadas em teóricos que trabalham com mudanças no espaço público e territorialização (matriz 1).

MATRIZ DE CONCEPÇÕES TEÓRICAS ADOTADAS

Henri Lefebvre, 2001	Espaços homogêneos x Espaços absolutos
Milton Santos e Maria Laura, 2001	Matéria fixa e matéria móvel
Milton Santos e Maria Laura, 2001	Ações presentes e ações passadas
Milton Santos e Maria Laura, 2001	Economia política no território

(Fonte: BOMFIM, L.B, 2018)

Algumas características dos espaços públicos atuais segundo as considerações de Henri Lefebvre (2001) é a transformação dos espaços urbanos em espaços homogêneos, em que são desconsideradas as peculiaridades e singularidades do sítio em detrimento da repetição e reprodução de outros espaços já existentes. Ainda seguindo essa perspectiva, os denominados espaços homogêneos são de caráter abstrato e o espaço absoluto é o espaço vivido e percebido, local das representações e práticas sociais. Em vista disso, foi percebido que a Praça da Bandeira se constitui como um espaço abstrato, instituído pelo Estado e sendo modificado por ele ao longo dos anos, passando uma imagem desejada para a população. As alterações realizadas na área no ano de 2016 não teve em vista alterações que caracterizasse mais o espaço com o perfil de seus usuários ou com a busca por resgatar sua história e memória. As alterações foram desvinculadas mais uma vez do caráter identitário, distanciando-se das suas características originais.

No entanto, é válido destacar ainda que devido à sua centralidade e história, o a Praça da Bandeira constitui-se também como um espaço vivido. Os usuários que mais frequentam o ambiente são idosos que possuem um caráter afetivo com as memórias que possuem do ambiente, conforme observado nas entrevistas realizadas com usuários que utilizavam a praça cotidianamente a mais de 40 anos.

Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém primeiramente as representações das relações de produção, que por sua vez, enquadram as relações de poder, nos espaços públicos, mas também nos edifícios, monumentos e obras de arte. (SERPA, 2009)



Fig.6: Feira orgânica na Praça da Bandeira- junho 2018

(Fonte: BOMFIM, L.B, 2018)

Santos e Silveira (2001) consideram que para a análise do território deve-se levar em conta, primeiramente, dois fatores: a matéria fixa e a matéria móvel. Desse modo, foi visto no ambiente em estudo os elementos permanentes e os fluxos existentes. Tal análise nos ajudou a compreender a Praça da Bandeira como um espaço de diferentes apropriações e de uso diverso dependendo diretamente do horário, dia e eventos que ocorrem no seu interior. No entanto, esse mesmo uso diverso que os equipamentos fixos na praça permitem é também o mesmo responsável por ocupação localizada, sendo mais restrita às bordas e contorno imediato das bancas de comércio deixando uma parte isolada da ocupação, tornando-a vazia, e em muitos horários de fluxo baixo, insegura.

Ainda seguindo a metodologia de Milton Santos e Maria Laura (2001) os lugares são vistos como a combinação entre ações presentes e ações passadas, em que o presente resgata a memória histórica do que preexiste. A Praça da Bandeira é um espaço público tombado pelo IPHAEP, existente como largo da Igreja do Rosário, desde o início da fundação da cidade. Hoje, a praça, que é tombada como histórica, não reflete o que existia e muitos campinenses que a utilizam a entendem como um local moderno e não vinculado à história e memória coletiva, fato esse intensamente relatado pelos entrevistados que apresentavam com saudosismo a antiga aparência da praça.

Outro ponto em análise foi a economia política no território (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Os autores entendem que o espaço é resultado das influências econômicas somadas às intervenções sociais. Dessa maneira, os objetos tendem a exercer certas funções e os respectivos processos são incorporados ao papel regulador de empresas e instituições, chegando a conclusão de que cada lugar deve levar em conta as dinâmicas presentes, variando

com menor e maior frequência de acordo com as influências externas. Nessa perspectiva, cria-se uma permanente produção de desordem no território, em que cada desordem precedente é diferente da desordem seguinte (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Colando essas observações na análise da Praça da Bandeira verifica-se que as demandas externas alteraram o lugar e sua dinâmica, e as sucessivas mudanças manifestam uma verdadeira crise de identidade nesse espaço público. A inserção do comércio dentro da praça normatizou ainda mais a vitalidade dentro do ambiente, sendo mais intenso com o seu funcionamento e fraco quando desativado.



Fig. 7: Elemento central da Praça da Bandeira, monumento Juscelino Kubitschek

(Fonte: BOMFIM, L.B, 2018)

Tendo em vista essas análises, é imprescindível compreender que a concepção de espaço público se modifica ao longo das mudanças ocorridas em seu entorno. A Praça da Bandeira é *locus* de importantes práticas socioterritoriais e objeto de intencionalidades de diferentes sujeitos sociais, entre os quais o poder municipal se destaca como principal transformador da sua forma. E essas mudanças ao longo da história moldaram as relações estabelecidas no espaço e também a sua relação com o centro histórico e formação da cidade. Mas é de fundamental importância o reconhecimento da história para que assim a preservação do espaço como público ainda seja buscada pelas próximas gerações.





Fig.8a, 8b e 8c. Acessibilidade, visibilidade e sociabilidade na Praça da Bandeira-Campina Grande- Paraíba.

(Fonte: BOMFIM,L.B 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Praça em estudo, localizada no Centro de Campina Grande, constitui-se um importante local da cidade, tanto quanto espaço público como parte histórica do núcleo original da cidade. As análises realizadas reforçaram que é imprescindível compreender que a utilização da praça está diretamente associada à sociabilidade, acessibilidade e visibilidade do espaço; os territórios que foram criados dentro do ambiente que deveria ser de todos e para todos desvinculam a praça do caráter público. No entanto, é válido considerar que mesmo tendo essa crise a praça em estudo não deixa de existir e ainda continua como um importante espaço de representação na cidade de Campina Grande; a substituição das atividades historicamente relacionadas ao local por outras significa que este local ainda exerce algum tipo de função no meio social.

Desse modo, é preciso entender as ocupações mistas que ocorrem na Praça da Bandeira como uma real necessidade da população expressar um elo comunicativo, sendo isso essencial para a vida na área central de Campina Grande. Trazer a vitalidade para os centros comerciais, deserto e inseguro durante a noite e fins de semanas, constitui como um importante desafio das cidades atuais, devido sua setorização e ausência de diversidade de usos. A partir das considerações feitas na presente pesquisa vemos que a praça possui o potencial de ativar esses espaços, quando bem pensados para fortalecerem a sociabilidade e acessibilidade, pois faz parte do espaço íntimo do indivíduo, ambiente que deve despertar sensação de segurança, afetividade, emoção e identidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. B. F. *Mitologias do progresso na construção de uma grande Campina (1920-1940)*. Tese de doutorado em História, 2014. UFPE, Recife- PE, 2014.
- AUGÉ. M. *Não Lugares*. Campinas: Papyrus Editora, 1994.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.
- LÉFÈBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MASSEY, D. *Um sentido global do espaço*. Campinas: Papyrus Editora, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001a, 473 p.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERPA, A.S.P. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007
- SOUTO, C. E. S. *O processo de (des) apropriação das praças da Bandeira e Clementino Procópio em Campina Grande- Pb (1942-2010)*. Trabalho de conclusão de curso. 2017. UFCG, Campina Grande- PB, 2017.
- SOUZA, F.G.R.B. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande- 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.
- QUEIROZ, M. V. D. *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*. Dissertação de mestrado. 2008. USP, São Carlos- SP, 2008.